



IDEB E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lidiane Rodrigues Campêlo da Silva; Jorge Miguel Lima Oliveira; Tarciana Vieira da Silva

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - lidianecampelo@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - jorge_scot@hotmail.com; Universidade Cândido Mendes (UCAM), vieiratarciana@hotmail.com;

RESUMO:

A sociedade atual exige que seus partícipes dominem vasto conhecimento para comunicarem-se de forma proficiente e atuar profissionalmente. Contudo, a educação escolar não consegue atender adequadamente a essas demandas. O acesso à ela é efetivo, porém a permanência e o sucesso educacional constituem desafios aos sistemas de ensino. No Brasil, a partir da criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina resultados da Prova Brasil e taxa de aprovação escolar, é possível analisar o desempenho das escolas. Apesar da classificação entre escolas, consideramos importante compreender possibilidades de avanços a partir desses dados. Objetivou nesta pesquisa, de modo central, analisar a função do IDEB no cenário educativo nacional considerando os limites e as possibilidades para o avanço da educação. Especificamente, a) discutir a função e a importância do SAEB, Prova Brasil e IDEB para a Educação Básica do país, b) investigar a importância dos instrumentos de avaliação externa e c) mapear o desempenho do IDEB da Paraíba no período de 2005 a 2011. O estudo apresenta abordagem qualitativa a partir da análise de informações quantitativas e estatísticas de indicadores educacionais. Os dados apresentados foram coletados no sítio do MEC/INEP. A Paraíba, em relação ao IDEB da rede pública para a 4ª série/5º ano apresenta em 2011 um índice de 4,0 e atingiu um crescimento de 1,3. Para a 8ª série/9º ano, iniciou os cálculos com índice de 2,5 e cresceu 0,6 ao final de 2011. Em linhas gerais, o aumento do índice constitui tendência entre os estados analisados.

Palavras-Chave: Sistema de Avaliação Escolar, IDEB, Desenvolvimento da educação.

1 Introdução

A sociedade brasileira em um movimento crescente de acompanhamento do serviço público enseja maior transparência também no sistema educacional, buscando melhorias na aprendizagem escolar o que implica em que a legislação, os governos e as políticas públicas avancem nas condições do ensino ofertado. Para que esse movimento se efetive um conjunto de esforços também tem sido dispensado no intuito de os processos de gestão escolar se tornarem mais qualificados.

Ao longo dos anos vemos um significativo avanço no investimento feito na área educacional, não que para alavancar a qualidade do ensino escolar isto já seja suficiente, contudo, pode-se observar muitos esforços nesse sentido. São pautas das agendas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educacionais a formação de professores e gestores escolares, melhoria nas estruturas físicas e pedagógicas das instituições escolares, maior permanência dos estudantes na escola, porém estas iniciativas ainda não foram suficientes para melhorar significativamente a aprendizagem escolar dos estudantes brasileiros. Pode observar-se que este é um caminho em construção, de forma mais intencional e planejada, decorrente dos insucessos verificados no cotidiano escolar de muitas instituições e materializados pelas avaliações externas.

Em termos internacionais o Brasil tem alcançando diminutas posições em *rankings* que avaliam os resultados educacionais, pois os estudantes brasileiros apresentam baixos índices de rendimento para as séries e disciplinas consideradas. Dentre os sessenta e quatro (64) países que participaram da terceira edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) realizado em 2009 e promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa apenas a 53ª posição do exame (MEC, 2009).

No Brasil, com a criação e consolidação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que combina os resultados da Prova Brasil com a taxa de aprovação escolar (FERNANDES, 2007) pelo MEC, o cenário educativo brasileiro pode ser analisado por escola, por rede de ensino, por município, Estado e comparado ao índice nacional. O IDEB combina o nível de aprendizagem do aluno de acordo com índice de rendimento aferido pela Prova Brasil associado ao tempo de permanência na escola para atingi-lo.

Nesse sentido, entender como o sistema nacional de educação em seus diversos âmbitos gesta os processos escolares com vistas a garantia da aprendizagem se mostra relevante quando se pretende discutir o papel e a função social das instituições. O IDEB constitui-se em um parâmetro que torna visível os indicadores de aprendizagem escolar de cada instituição, rede de ensino, municípios e estados. Esta explicitação pode trazer avanços para a educação nacional, por outro lado, também traz à tona opiniões adversas em torno da classificação e da qualificação das instituições pelos índices alcançados.

Consideramos de grande importância conhecer de modo mais detalhado não apenas os índices educacionais, mas também as condições do processo de gestão e organização do trabalho na escola para que tais dados possam se materializar. Entretanto, não se pode negar possibilidades de avanço educacional em torno da criação desse índice. Desse modo se faz necessária a compreensão da questão motriz do estudo: qual a função do IDEB no cenário educativo nacional? Com semelhante importância para a compreensão do problema, surgem outras indagações: O que são o SAEB, a Prova Brasil e o IDEB? Qual a importância dos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

instrumentos de avaliação externa? Qual o desempenho da Paraíba desde que o IDEB foi criado?

Assim, este trabalho objetiva de forma geral: analisar a função do IDEB no cenário educativo nacional considerando os limites e as possibilidades para o avanço da educação. De modo específico, discutir a função e a importância do SAEB, da Prova Brasil e do IDEB para a Educação Básica do país, investigar a importância dos instrumentos de avaliação externa e, por fim, mapear o desempenho do IDEB da Paraíba no período de 2005 a 2011.

A presente investigação trata-se de um estudo de abordagem qualitativa a partir da análise de informações quantitativas e estatísticas de indicadores educacionais. Os dados apresentados foram coletados com base no sítio do MEC/INEP onde foram consultados os IDEB apresentados em 2005, 2007, 2009 e 2011 para a 4ª série/5º ano e para a 8ª série/9º ano, tomando como objeto de análise o comportamento da Paraíba em relação aos demais estados nordestinos ao longo desses anos. As ideias aqui apresentadas estão fundamentadas nos estudos de Bonamino e Sousa (2012), bem como nos dados e informações fornecidas pela base do MEC/INEP (2012).

2 Instituições Educacionais e Responsabilidade Social

A escola e os resultados da ação docente são assuntos que estão em plena efervescência nos debates educacionais (IMBERNÓN, 2009) alimentados por um movimento de discussão e reorientação de seus papéis no atual processo de constantes transformações sociais (BARROSO, 2004). Recorrentes assuntos animam as discussões, tais como a formação docente, as relações de ensino e de aprendizagem dos conteúdos, a composição do currículo, as políticas públicas, a qualidade da escola e da ação docente, o papel da gestão e da organização escolar, bem como o debate acirrado sobre os mecanismos das avaliações externas. Vários são os enfoques abordados, os aspectos considerados e os objetivos com que são levados à discussão.

Em meio ao processo de profundas mudanças na organização do trabalho e da produção, na automação da informação, no desenvolvimento da tecnologia, nos processos comunicativos, na ciência e na elaboração do conhecimento, presenciamos uma permanente arguição da legitimidade da escola e do trabalho docente. A escola, instituição cuja razão de existir é tornar acessível às gerações de estudantes o patrimônio cultural da humanidade

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

consubstanciado no currículo escolar é chamada a acompanhar o ritmo acelerado da sociedade a qual está inserida.

Para se apropriarem dos conhecimentos selecionados e instituídos pela sociedade como sendo primordiais ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011) todos os alunos passam valiosos anos de suas vidas na escola. E essa sociedade torna-se cada vez mais exigente do ponto de vista dos conhecimentos, dos saberes que seus partícipes devem dominar para comunicarem-se de forma proficiente, para atuar profissionalmente, enfim, para viverem e usufruírem desse patrimônio cultural. Contudo, a educação escolar não tem conseguido exercer de forma eficiente sua função. O acesso é efetivo, contudo, a permanência e o sucesso escolar constituem grandes desafios à nossa educação.

Entretanto, importante se faz salientar que a garantia não só do acesso, mas da permanência e sucesso educacional das escolas de educação básica é primordial para a qualidade da relação ensino aprendizagem na escola. Ainda, a qualidade da educação básica do país incide diretamente sobre o ensino superior, pois é nesta que se define o perfil do aluno que chegará a academia. Por sua vez, se consideramos o caso das licenciaturas, quanto melhores forem os profissionais formados pela universidade, melhores serão as chances de termos este retorno na educação básica.

Desse modo, vemos que a escola e a universidade, enquanto instituições sociais têm significativo papel no desenvolvimento da sociedade, em todos os sentidos sejam eles intelectuais, culturais, sociais, econômicos e produtivos. Elas estão interligadas e o desenvolvimento de uma incide diretamente sobre o progresso da outra. Mas como se avalia a qualidade do ensino no Brasil? Quem o faz? Como? Desde quando? Estão são algumas questões que precisamos nos fazer para entender como a avaliação pode proporcionar o desenvolvimento da educação.

3 SAEB, Prova Brasil e IDEB

A avaliação não é um mecanismo recente no âmbito educacional, pelo contrário, constitui um dos importantes mecanismos do processo de aprendizagem. Esta atividade é marca presente no fazer pedagógico de professores de todos os níveis educacionais. A avaliação pode ser entendida como um processo e não reduzida a um instrumento de aferição

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de aprendizagem que se faz de forma pontual e estanque. Mesmo entendida como processo, os instrumentos avaliativos estão presentes.

Só de forma mais recente na história da educação em nosso país, a educação passou a ser tomada como o próprio objeto de avaliação. E avaliação se faz - ou se deve fazer - com o propósito de se diagnosticar o objeto avaliado, não apenas para lhe ser aferida uma nota, mas para detectar o ponto em que se encontra e onde deveria estar, para, então, ser traçado um caminho para atingir o perfil desejado. Avaliar a qualidade da educação sinaliza as mazelas e as possibilidades do nosso sistema de ensino. Para viabilizá-las é preciso detectar as lacunas, as falhas e, por sua vez, estabelecer as metas para superação dos problemas, buscando os caminhos e as condições materiais e humanas para fazê-lo.

Nesse movimento, falamos agora não mais da avaliação feita pelo professor para identificar os níveis de aprendizagem de seu alunado, mas da avaliação externa, em larga escala, aquela que busca evidenciar um conjunto de situações favoráveis e desfavoráveis nas escolas para a efetivação da aprendizagem. Ela compõe um conjunto de recursos analíticos que pode ser usada para constatar pontos positivos ou negativos acerca do desempenho educacional ou pode, além disso, servir como parâmetro para o redirecionamento de políticas públicas, ações governamentais administrativas e de gestão pedagógica das escolas, sendo, desse modo, aliada ao planejamento e desenvolvimento educacional (BONAMINO e SOUSA, 2012).

Um primeiro e importante passo foi dado nesse sentido com a criação do Sistema de Avaliação Básica (SAEB) em nível de sistema educacional. Essa avaliação foi implementada em 1990, entretanto, formalmente só foi criada em 1994 pela Portaria nº 1.795, de 27 de dezembro (BONAMINO e SOUSA, 2012). Ao longo de sua existência, várias foram as séries avaliadas e a partir de 2001 foram consideradas apenas as aéreas de língua portuguesa e matemática, mas em edições anteriores ciências também foi objeto dessa avaliação. Realizando-se a cada dois anos, com caráter amostral, compondo ainda esse instrumento um questionário socioeconômico aplicável a alunos e professores das séries avaliadas e ao diretor escolar.

O SAEB passou por significativas transformações, sobretudo a partir de 2005 com a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, período em que passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), amplamente conhecida como Prova Brasil.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Aneb conservou o caráter amostral do antigo SAEB sendo aplicadas a escolas de rede pública e privada das zonas urbanas e rurais dos municípios brasileiros. São avaliados estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e também os que cursam o 3º ano do Ensino Médio. A Anresc ou Prova Brasil é aplicada de forma censitária e podem realizá-las apenas alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de todas as escolas das áreas urbana e rural que tiverem vinte (20) ou mais alunos matriculados na série a ser avaliada. Esta avaliação permite aferir médias de desempenho por escolas, municípios, estados, regiões e em termos nacionais. A Prova Brasil contempla um retrato mais detalhado do que a Aneb, iniciativa já realizada por alguns estados brasileiros, como Minas Gerais e Ceará que já haviam criado seu próprio sistema de avaliação que possibilitava uma leitura mais minuciosa do que a realizada em âmbito nacional. Assim, a Anresc no entendimento de Bonamino e Sousa (2012, p. 378-379),

Foi idealizada para produzir informações a respeito do ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. De outra parte, considera-se que essa avaliação pode funcionar como um elemento de pressão, para pais e responsáveis, por melhoria da qualidade da educação de seus filhos, uma vez que, a partir da divulgação dos resultados, eles podem cobrar providências para que a escola melhore.

Para as autoras a tendência de avaliação educacional ora presenciada é decorrente de princípios que combinam gestão democrática da educação, avaliação e responsabilização. Democracia entendida por meio de dois fatores, a participação que se efetiva por meio do voto, da escolha dos representantes do povo e como contestação pública por meio do controle dos governantes pelos governados, âmbito em que a avaliação ocupa espaço privilegiado. Bonamino e Sousa (2012, p. 376) destacam:

Impulsionada pela constatação de que a democratização do Poder Público deve ir além do voto, essa forma de responsabilização vem sendo considerada na perspectiva do aperfeiçoamento das instituições estatais, o que envolve, ao mesmo tempo, a melhoria das políticas e dos programas governamentais e uma maior transparência e responsabilidade nas ações de política pública.

Assim, a avaliação externa é condição necessária para que sejam traçadas metas e objetivos, quantitativos e qualitativos para o desempenho escolar dos estudantes e da forma como ora está sendo desenvolvida o anseio por melhorias pode ser cobrado e melhor acompanhado por todos os cidadãos, a responsabilização de ações não só por parte de representantes eleitos, mas por todo e qualquer indivíduo que exerça poder ou atividade

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pública, o que inclui no caso da educação, todos os profissionais nela envolvidos, não só no âmbito do sistema, mas também em cada unidade escolar. A importância deste tipo de avaliação consiste enquanto indicador da situação do desenvolvimento do ensino no Brasil. Freitas mencionada por Bonamino e Sousa (2012, p. 376) enfatizam:

[...] foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzida como prática sistemática no governo da educação básica brasileira.

A prova Brasil faz uma abordagem com intuito de avaliar o sistema educacional, e seus resultados são essenciais para promover um diagnóstico da situação educacional no Brasil. Esta avaliação no ensino deve ser efetiva para que seja feita uma progressão continuada, promovendo um avanço da educação no país. Entretanto, é preciso identificar qual a incidência desse sistema avaliativo no currículo escolar, tendo em vista a possibilidade de as escolas manterem preocupadas em tirar boas notas nas avaliações, destinando maiores esforços nesse sentido e fragilizando outros conteúdos e aspectos importantes que compõem o campo de atuação da responsabilidade social da escola na formação de cidadãos.

Desse modo, é importante considerar que essas avaliações vêm sendo feitas, em termos de diagnose, com a função de evidenciar problemas nas escolas e tentar reduzi-los, porém reações indesejadas também podem ocorrer. Por outro lado não se pode negar a relevância da divulgação desses resultados para que a sociedade, pais, alunos e professores cobrem do governo melhorias e investimentos (BONAMINO; SOUSA, 2012).

Além destes, proporcionam a oportunidade de analisar se o trabalho realizado nas escolas pelos professores e por todo o grupo gestor da instituição está sendo desenvolvido de forma a obter êxito na formação dos alunos. Assim como também os dados destas avaliações proporcionam aos órgãos responsáveis pela educação detectar as instituições mais carentes de investimentos e ações para que possam garantir um ensino melhor aos alunos, melhorando sua aprendizagem e desempenho nestas avaliações, buscando diminuir as diferenças existentes no sistema educacional brasileiro. Estes aspectos têm forte influência sobre a imagem da escola frente à sociedade e dos profissionais que nela trabalham, gerando cobrança por parte destes, bem como pelos discentes por melhorias físicas, pedagógicas, de condições de trabalho de um modo geral, âmbito em que a remuneração não pode ser desprezada.

O IDEB foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e foi aferido a partir de 2005 com os dados que já haviam sido coletados. É calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desempenho dos alunos na Prova Brasil. O índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo escolar, pois de acordo com INEP/Nota técnica: “um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem” (INEP, 2012).

Assim, o IBED apresenta um sistema de metas a serem alcançadas pelas escolas elas são estipuladas de acordo com a situação em que se encontra a escola. Esse processo existe de forma a proporcionar a cada instituição a possibilidade de melhorar seus indicadores por etapas alcançadas gradativamente. Este índice proporciona um maior detalhamento da situação em que se encontra o sistema de ensino já que este traz dados da avaliação em nível de escola, município, estado e federação, considerando o nível de proficiência alcançado na Prova Brasil e o tempo médio que os estudantes passaram para cursar as séries e consolidar suas aprendizagens.

Destaca-se aqui a importância para o sistema de ensino brasileiro de um sistema de avaliação que permita visibilizar e localizar tanto aspectos positivos quanto deficitários da educação se faz relevante na compreensão e busca de solução para os problemas sinalizados. Entretanto, há que se compreender que os dados não são produtos do acaso, mas das condições concretas em que a educação escolar se efetiva, por vezes carecendo não só de maior investimento, mas de injeção planejada, orientada e acompanhada, não só dos recursos materiais, mas dos humanos, cuidando melhor de sua formação e prática cotidianas.

4 IDEB: relação da Paraíba com os demais estados nordestinos

O Estado da Paraíba, tendo como base o IDEB da rede pública para a 4ª série/5º ano apresenta em 2011 um índice de 4,0 e ocupa a 3ª posição entre os estados nordestinos. Enquanto para a 8ª série/9º ano atingiu 3,1 na escala e fica na 5ª colocação na região dividindo a posição com a Bahia à frente apenas do Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas, conforme mostram os gráficos da página seguinte. Considerando que a média observada em 2011 na rede pública nacional para a série final dos anos iniciais é de 4,7 e para os anos finais é de 3,9 pode-se observar ainda que a Paraíba apresenta um déficit de 0,7 e 0,8 respectivamente nas séries consideradas em relação à média nacional alcançada.

Desde a primeira edição do IDEB, o Estado oscilou nas posições alcançadas no Nordeste para a 4ª série/5º ano ocupando respectivamente em 2005 e 2007 a 2ª posição

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



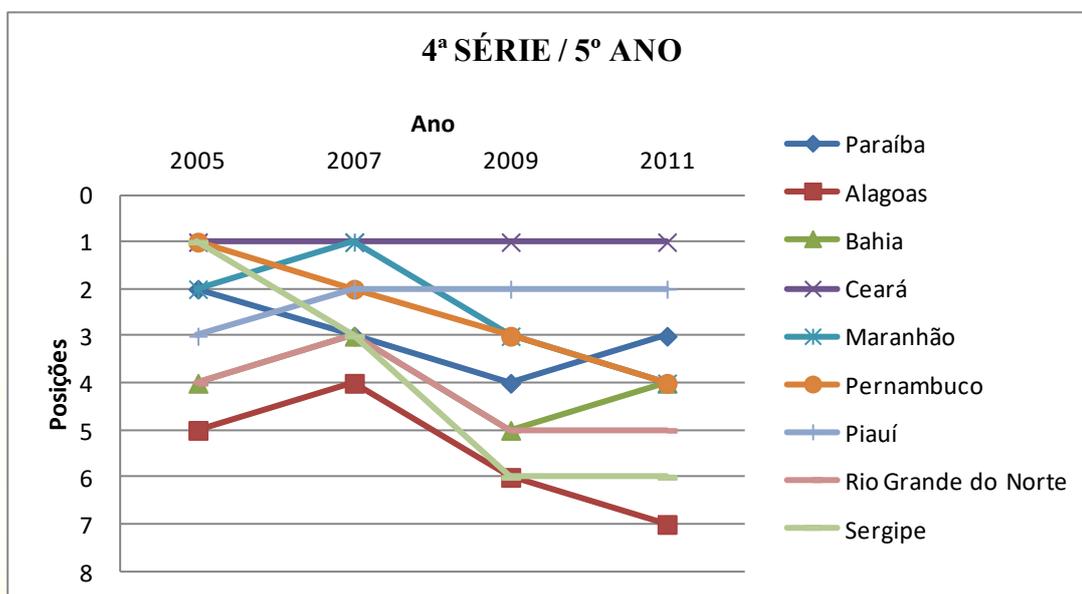
III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dividida na primeira edição com o Maranhão, enquanto na segunda dividiu o espaço com Pernambuco e Piauí. Em 2009 desceu para a 4ª colocação, voltando a subir para a 3ª em 2011. A Paraíba teve inicialmente um IDEB correspondente a 2,7 e atingiu o crescimento de 1,3 com a consolidação dos dados de 2011.

Já em relação 8ª série/9º ano, em 2005 era o quarto dos estados em conjunto com o Rio Grande do Norte, em 2007 atingiu a 3ª posição com a Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. Já em 2009 ocupou a 5ª posição com a Bahia e o Rio Grande do Norte, sendo que em 2011 permaneceu na mesma colocação, dividindo o espaço apenas com a Bahia. Iniciou os cálculos com um índice de 2,5 e atingiu um crescimento de 0,6 ao final de 2011. O aumento nos percentuais apresentados é parecido com o demonstrado pelo crescimento nacional que foi de 0,9 para a série final dos anos iniciais e 0,7 para a última série dos anos finais, considerando o resultado até 2012 (INEP, 2012). A oscilação nas colocações é decorrente do crescimento diferenciado entre os estados analisados.

POSIÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE DE ACORDO COM O IDEB OBSERVADO NOS ANOS DE 2005, 2007, 2009 e 2011 NA 4ª SÉRIE / 5º ANO

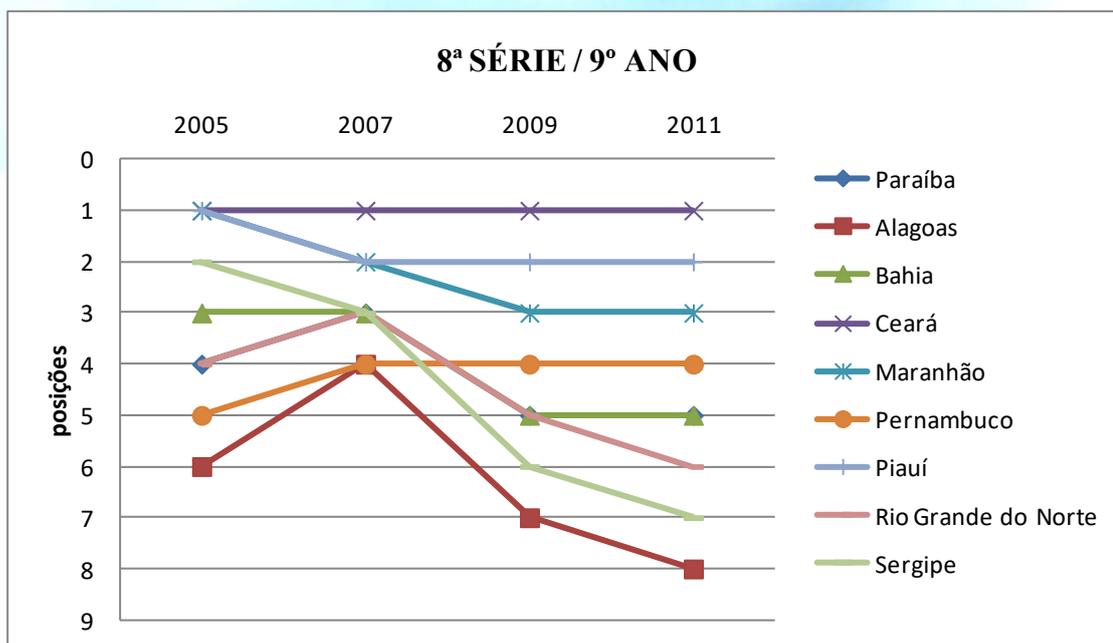


POSIÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE DE ACORDO COM O IDEB OBSERVADO NOS ANOS DE 2005, 2007, 2009 e 2011 NA 8ª SÉRIE / 9º ANO.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



5 Considerações Finais

Tendo como base a média mínima aceitável entre os países desenvolvidos que é de 6,0 pontos em uma escala que vai de 0,0 até 10,0, pode-se afirmar que a ausência de compreensão sobre a intrincada trama de fatores que se aglutinam e se justapõe para a composição dos dados atingidos sinalizam preocupante quadro. Este não deve ser visto como um sentenciador de culpados sem, contudo, perquirir pelas causas promotoras desse cenário desafiador. Logo, o pensamento de Pimenta (2002, p. 26) mostra-se efetivo ao afirmar que “(...) é fundamental o permanente exercício da crítica das condições materiais em que o ensino ocorre”.

Os índices são preocupantes, sobretudo se considerarmos que os indicadores iniciais dos estados nordestinos não atingiram em nenhuma das séries nota 3,0 que seria apenas a metade do mínimo entre as nações desenvolvidas. Considerando o tempo decorrido, esses estados encontram-se ainda abaixo da média mínima aceitável, fato observado também em relação aos índices alcançados pelo País. Entretanto, é perceptível o crescimento considerável da média geral dos estados. Este aspecto não foi observado apenas para Alagoas nos índices referentes à 8ª série/ 9º ano, pois esta unidade federativa atingiu 2,7 em 2009 e decresceu para 2,6 em 2011. O fato pode sinalizar a falta de constância e incidência de investimentos e de ações educativas e administrativas no cenário observado.

No que se refere à Paraíba, percebemos que apesar de estar abaixo dessa média de referência, conseguiu superar a meta projetada para 2001, tendência recorrente também entre



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

os demais estados da região. Observou-se ainda que o Ceará apresentou índices iguais aos de Pernambuco em 2005 para a 4ª série/5º ano, mantendo o crescimento e o maior índice entre estados considerados. Em relação a 8ª série/ 9º ano, dividiu o espaço inicial como o Maranhão, manteve-se em crescimento, ocupando em 2011 o IDEB mais alto alcançado. Teve no ponto inicial o mesmo rendimento que outro estado, mas no último período analisado está em condições diferenciadas em relação aos demais. Este fato pode ser decorrente de o Ceará ter o seu Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) desde 1992 e isso sinaliza que investimentos e ações mais sistemáticas podem ter sido desencadeadas nas redes públicas municipal e estadual de ensino dessa unidade federativa.

Podemos inferir que o crescimento dos indicadores de cada estado pode ter sido obtido pelo fato de uma mobilização em relação aos trabalhos desenvolvidos por parte das instituições escolares, de todos os profissionais que nelas trabalham, bem como de iniciativas governamentais que pudessem viabilizar tal consecução.

Desse modo, para que haja avanço é preciso empenho por parte dos profissionais, investimentos por parte dos governos, a participação das famílias contribuindo com o processo de aprendizagem de seus filhos, bem como da mobilização de toda sociedade para que se possa atingir verdadeiramente significativas melhorias na educação, na qualidade do ensino e da aprendizagem escolar.

O trabalho ora apresentado não pretendeu, de modo algum, esgotar a discussão em torno do SAEB, dos seus instrumentos e do IDEB como mecanismos presentes nesse cenário. Contudo, entendemos a relevância desse sistema para um diagnóstico comprometido com a intervenção não só em nível micro, mas macro do sistema de ensino. Apesar dos avanços, o quadro é problemático e instiga vários estudos e pesquisas sob os mais diversos pontos de vista. Ensejamos que esforços sejam somados no intuito de contribuir com discussões e práticas efetivas na consecução de uma educação de boa qualidade para um significativo contingente de brasileiros em busca da constituição de sua efetiva cidadania.

Referências Bibliográficas

BARROSO, J. Os professores e os novos modelos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto do trabalho às mudanças da formação. In.: BARBOSA, R. L. L. (org). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: UNESP, 49-60, 2004.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 38, n. 2, Jun (83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

2012. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022012000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 10 de setembro de 2012.

FERNANDES, Reynaldo. **Nota Técnica** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: INEP, 2007. 26 p. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em: 19/04/2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza, Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação).

MEC. **Resultados do PISA**. 2009. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D7201%26Itemid%3D&ei=JegJUKzHH4Og8gSJ_4nQCg&usq=AFQjCNGKWAeSZDw2DVrXHPLabtXigScmgg&sig2=uy7LkrH1VWw9TPJ6ITJuPw> Acesso em: 10/07/2012.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 2000.